



PROCEDIMENTO DE CONCURSO PÚBLICO 2000000400_VC_18AGIM

CADERNO DE ENCARGOS

ÍNDICE

CAPÍTULO I - Cláusulas Jurídicas

- ARTIGO 1.º - Objeto Contratual
- ARTIGO 2.º - Contrato
- ARTIGO 3.º - Prazo contratual
- ARTIGO 4.º - Local da Prestação de Serviços

CAPÍTULO II - Obrigações das partes

- SECÇÃO I - Obrigações do Adjudicatário
- ARTIGO 5.º - Obrigações do Adjudicatário
- ARTIGO 6.º - Conformidade e operacionalidade dos serviços
- ARTIGO 7.º - Dever de sigilo
- SECÇÃO II - Obrigações das entidades adjudicantes
- ARTIGO 8.º - Preço Base
- ARTIGO 9.º - Condições de Pagamento
- SECÇÃO III - Acompanhamento e fiscalização do contrato
- ARTIGO 10.º - Acompanhamento e fiscalização do modo de execução do contrato

CAPÍTULO III - Modificação, Incumprimento e Extinção do Contrato

- ARTIGO 11.º - Modificação objetiva do contrato
- ARTIGO 12.º - Subcontratação e cessão da posição contratual
- ARTIGO 13.º - Sanções Contratuais
- ARTIGO 14.º - Força maior
- ARTIGO 15.º - Resolução do contrato por parte das entidades adjudicantes
- ARTIGO 16.º - Resolução do contrato por parte do adjudicatário
- ARTIGO 17.º - Prestação da Caução
- ARTIGO 18.º - Execução da caução

CAPÍTULO IV - Disposições finais

- ARTIGO 19.º - Deveres de informação
- ARTIGO 20.º - Comunicações
- ARTIGO 21.º - Reprodução de documentação
- ARTIGO 22.º - Foro competente
- ARTIGO 23.º - Direito aplicável e natureza do contrato
- ARTIGO 24.º - Contagem dos prazos

CAPÍTULO V - Cláusulas Técnicas

- ARTIGO 25.º - Especificações Técnicas
- ARTIGO 26.º - Acesso às instalações
- ARTIGO 27.º - Serviços de adicionais de limpeza
- ARTIGO 28.º - Pessoal
- ARTIGO 29.º - Fiscalização
- ARTIGO 30.º - Seguros

CAPÍTULO I

Cláusulas Jurídicas

ARTIGO 1.º

Objeto Contratual

1. O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual quem tem por objeto a aquisição, por lotes, de serviços de higiene e limpeza, essenciais para o bom funcionamento das instalações das Escolas, Serviços Centrais e de Serviços de Ação Social da Universidade de Lisboa (ULisboa), designadamente:

- Lote 1: Universidade de Lisboa - Serviços Centrais (ULisboa)
- Lote 2: Serviços de Ação Social (SAS ULisboa)
- Lote 3: Faculdade de Arquitetura (FA ULisboa)
- Lote 4: Faculdade de Belas-Artes (FBA ULisboa)
- Lote 5: Faculdade de Ciências (FC ULisboa)
- Lote 6: Faculdade de Direito (FD ULisboa)
- Lote 7: Faculdade de Farmácia (FF ULisboa)
- Lote 8: Faculdade de Letras (FL ULisboa)
- Lote 9: Faculdade de Medicina (FM ULisboa)
- Lote 10: Faculdade de Medicina Dentária (FMD ULisboa)
- Lote 11: Faculdade de Motricidade Humana (FMH ULisboa)
- Lote 12: Faculdade de Psicologia (FP ULisboa)
- Lote 13: Instituto de Ciências Sociais (ICS ULisboa)
- Lote 14: Instituto de Geografia e Ordenamento do Território (IGOT ULisboa)
- Lote 15: Instituto Superior de Agronomia (ISA ULisboa)
- Lote 16: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP ULisboa)

2. Rege-se pela legislação geral aplicável em tudo o que não se encontre especialmente previsto no Programa de Concurso e no presente Caderno de Encargos, onde são indicados os termos e as condições da prestação objeto e que serão incluídos no contrato a celebrar.

ARTIGO 2.º

Contrato

1. O contrato integrará os seguintes elementos:

- a) Os suprimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes e expressamente aceites pelos órgãos competentes para a decisão de contratar, nos termos do disposto no artigo 50.º do Código dos Contratos Públicos;
- b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
- c) O presente caderno de encargos e os seus anexos;
- d) A proposta;
- e) Os esclarecimentos sobre a proposta prestados pelo prestador de serviços;
- f) O clausulado contratual.

2. Sem prejuízo do disposto no número seguinte, em caso de divergência entre os vários documentos que integram o contrato, a prevalência é determinada pela ordem por que vêm enunciados no número anterior.

3. Os ajustamentos propostos pelas entidades adjudicantes nos termos previstos no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo prestador de serviços nos termos previstos no artigo 101.º do mesmo código prevalecem sobre todos os documentos previstos no n.º 1 do presente artigo.

ARTIGO 3.º

Prazo contratual

1. Para o lote 1 e lotes 3 a 16, os contratos a celebrar iniciam-se a 02 de janeiro de 2021 e mantêm-se em vigor pelo período de um 1 (um) ano, podendo ser prorrogados por igual período até um máximo de 2 (duas) prorrogações, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato, incluindo as de confidencialidade e de garantia.

2. Para o lote 2, Serviços de Ação Social da ULisboa, em todas as instalações o contrato a celebrar inicia-se a 02 de janeiro de 2021 e mantêm-se em vigor pelo período de um 1 (um) ano, exceto nas instalações Residência Professor Ramôa Ribeiro e Residência Engenheiro Duarte Pacheco em que o contrato se inicia a 01 de outubro de 2021 e mantêm-se em vigor até 31 de dezembro de 2021, podendo ser prorrogado por um período de 1 (um) ano até um máximo de 2 (duas) prorrogações para todas as instalações, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato, incluindo as de confidencialidade e de garantia.

3. Os contratos consideram-se prorrogados pelo período de 1 (um) ano se nenhuma das partes o denunciar, mediante notificação à outra parte por carta registada com aviso de receção, com a antecedência mínima de 90 (noventa) dias em relação ao seu termo.

4. Ambas as partes obrigam-se a cumprir fiel e imperativamente todos os prazos acordados.

ARTIGO 4.º

Local da Prestação de Serviços

Os serviços devem ser prestados nos seguintes locais:

Edifício da Reitoria da ULisboa - Alameda da Universidade - Cidade Universitária, 1649-004 Lisboa

Edifício do Instituto para a Investigação Interdisciplinar - Avenida Professor Gama Pinto n.º 2, 1649-003 Lisboa

Edifício Caleidoscópio - Edifício Caleidoscópio - Jardim do Campo Grande, 1700-090 Lisboa

Edifício do Pavilhão de Portugal - Cais Portugueses, 1990-221 Lisboa

Museu Nacional de História e da Ciência e anexos - Rua da Escola Politécnica 56/58, Príncipe Real, 1250-102 Lisboa

Observatório Astronómico da Ajuda - Tapada da Ajuda, 1349-018 Lisboa

Jardim Botânico Tropical e edifícios anexos e Palácio dos Condes da Calheta - Largo dos Jerónimos, 1400-209 Lisboa

Estádio Universitário de Lisboa (Campus da Cidade Universitária) - Avenida Prof. Egas Moniz, 1600-190 Lisboa

Estádio Universitário de Lisboa (Campus da Ajuda) - Avenida da Universidade Técnica, 1300-666 Lisboa

Edifício "Cantina Velha" dos Serviços de Ação Social da ULisboa - Avenida Professor Gama Pinto, 1600-192 Lisboa

Edifício Cantina do IST - Avenida Rovisco Pais, n.º 1, 1049-001 Lisboa

Restaurante no Instituto para a Investigação Interdisciplinar - Avenida Professor Gama Pinto n.º 2, 1649-003 Lisboa

Cantina do PAUAA no Pólo da Ajuda - Rua Prof. Cid dos Santos, Pólo Universitário do Alto da Ajuda, 1349-055 Lisboa

Residência António Aleixo - Rua Nova de S. Mamede, nº 7- 1º Esq., 1269-118 Lisboa

Residência Artilharia Um, Piso 3 e 4 e República - Rua Artilharia Um, nº 101 e 103, 1070-012 Lisboa

Residência de Benfica - Rua Ary dos Santos, nº 6 - 4º Dtº, 4º Esq., 5º Dtº, 5º Esq., 6º Dtº e 6º Esq., 1500-056 Lisboa

Residência Campo Grande - Campo Grande, nº 292, 1700-097 Lisboa

Residência Egas Moniz - Avenida Casal Ribeiro, nº 21, 1000-090 Lisboa

Residência FMH I - Estrada da Costa - Cruz Quebrada, 1694-688 Dafundo
Residência FMH II - Estrada da Costa - Cruz Quebrada, 1694-688 Dafundo
Residência Filipe Folque - Rua Filipe Folque, nº 65, 1050-112 Lisboa
Residência Campus da Ajuda - Rua Joaquim Fiadeiro, Pólo Universitário do Alto da Ajuda, 1349-055 Lisboa
Residência Luís de Camões - Rua Luís de Camões, nº 116, 1300-362 Lisboa
Residência Monte Olivete - Rua da Imprensa Nacional, nº 116, 1250-127 Lisboa
Residência N.ª Sr.ª da Paz - Alameda das Linhas de Torres, nº 78, 1750-147 Lisboa
Residência Ribeiro Santos - Avenida dos Estados Unidos da América, nº 67 1700-122 Lisboa
Apartamentos do Edifício do Instituto para a Investigação Interdisciplinar - Avenida Professor Gama Pinto n.º 2, 1649-003 Lisboa
Residência do Lumiar - Rua Rainha D. Luísa de Gusmão, nº 116, 1300-362 Lisboa
Jardim de Infância - Edifício "Jardim de Infância" - Cidade Universitária Avenida Professor Gama Pinto, 1649-003 Lisboa
Residência Engenheiro Duarte Pacheco - AV. D. João II, Lote 4.70.02, 1990-088 Lisboa
Residência Professor Ramôa Ribeiro - Av. Prof. Doutor Aníbal Cavaco Silva, 2744-16 Porto Sal
Faculdade de Arquitetura - Rua Sá Nogueira - Pólo Universitário, Alto da Ajuda, 1349-063 Lisboa
Faculdade de Belas Artes - Largo da Academia Nacional de Belas-Artes, 1249-058 Lisboa
Faculdade de Ciências - Campo Grande 1749-016 Lisboa
Faculdade de Direito - Alameda da Universidade, Cidade Universitária, 1649-014 Lisboa
Faculdade de Farmácia - Avenida Professor Gama Pinto, 1649-003 Lisboa
Faculdade de Letras - Alameda da Universidade, 1600-214 Lisboa
Faculdade de Medicina - Avenida Professor Egas Moniz, 1649-028 Lisboa
Faculdade de Medicina Dentária - Cidade Universitária, 1649-003 Lisboa
Faculdade de Motricidade Humana - Estrada da Costa, 1499-002 Cruz Quebrada - Dafundo
Faculdade de Psicologia - Alameda da Universidade, 1649-013 Lisboa
Instituto de Ciências Sociais - Avenida Professor Aníbal de Bettencourt, 9, 1600-189 Lisboa
Instituto de Geografia e Ordenamento do Território - Rua Branca Edmée Marques, Cidade Universitária, 1600-276 Lisboa
Instituto Superior de Agronomia - Tapada da Ajuda, 1349-017 Lisboa
Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas - Rua Almerindo Lessa, 1300-663 Lisboa

CAPÍTULO II

Obrigações das partes

SECÇÃO I

Obrigações do Adjudicatário

ARTIGO 5.º

Obrigações do Adjudicatário

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável e no presente caderno de encargos e respetivos anexos, constituem obrigações principais do prestador de serviços as seguintes:
 - 1.1 Prestar os serviços de higiene e limpeza nas instalações das Escolas, Serviços Centrais e Serviços de Ação Social da Universidade de Lisboa, devendo os serviços ser executados de acordo com o estabelecido no presente caderno de encargos e seus anexos, nomeadamente, no Anexo A - Descrição dos serviços a realizar;

- 1.2 Prestar os serviços de limpeza, nomeadamente, serviços de limpeza programada regular, serviços de limpeza programada profunda, limpeza não-programada, e limpeza permanente, piquete, cumprindo com as especificações técnicas definidas nos Anexos B ao presente caderno de encargos - Especificações Técnicas;
- 1.3 Todos os produtos de limpeza, materiais e equipamentos necessários ao serviço de limpeza são da responsabilidade do adjudicatário;
- 1.4 As entidades adjudicantes monitorizarão em contínuo a prestação dos serviços, com vista a verificar se os serviços reúnem as características, especificações e requisitos técnicos, legal e contratualmente definidos;
- 1.5 As entidades adjudicantes poderão solicitar a realização de serviços adicionais, em função das suas necessidades não programadas, de acordo com o número de horas previstas e descritas no Anexo B do programa de concurso;
- 1.6 As necessidades não programadas, referidas no número anterior como previsíveis, não traduzem consumos vinculativos para as entidades adjudicantes;
- 1.7. Comunicar antecipadamente, logo que tenha conhecimento, às entidades adjudicantes os factos que tornem total ou parcialmente impossível a prestação dos serviços objeto do procedimento, ou o cumprimento de outra das suas obrigações nos termos do contrato celebrado com as entidades adjudicantes;
- 1.8. Comunicar às entidades adjudicantes qualquer facto que ocorra durante a execução dos contratos e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais, a sua situação jurídica e a sua situação comercial ou outras informações com relevância para a prestação dos serviços.
2. A título acessório, o prestador de serviços fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos e materiais que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

ARTIGO 6.º

Conformidade e operacionalidade dos serviços

1. O prestador de serviços obriga-se a prestar às entidades adjudicantes os serviços objeto do contrato a celebrar com as características, especificações e requisitos técnicos previstos nos Anexos A e B ao presente caderno de encargos, que dele fazem parte integrante.
2. Os serviços objeto do contrato a celebrar devem ser prestados tendo em conta os fins a que se destinam.
3. À prestação de serviços devem ser afetos os recursos humanos e os mesmos dotados de todo o material necessários.

ARTIGO 7.º

Dever de sigilo

1. O prestador de serviços obriga-se a não divulgar quaisquer informações e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa às entidades adjudicantes, de que venha a ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato a celebrar.
2. O prestador de serviços obriga-se também a não utilizar as informações obtidas para fins alheios à execução do contrato.
3. O prestador de serviços obriga-se a remover e destruir no termo final do prazo contratual todo e qualquer registo, em papel ou eletrónico, que contenha dados ou informações referentes ou obtidas na execução do contrato e que as entidades adjudicantes lhe indiquem para esse efeito.
4. O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 5(cinco) anos após a extinção das obrigações decorrentes do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

SECÇÃO II

Obrigações das entidades adjudicantes

ARTIGO 8.º

Preço Base

1. O preço base global, para todos os lotes e para efeitos do presente procedimento pré-contratual é de 13.790.355,00 euros (treze milhões setecentos e noventa mil trezentos e cinquenta e cinco euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, e corresponde ao preço máximo que as entidades adjudicantes, para o somatório dos lotes, se dispõem a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato, incluído eventuais renovações.

2. Os preços unitários para cada tipologia de serviços a prestar são:

Serviços regulares:

Trabalhador de Limpeza - Diurno Dias Úteis: 7,61 Euros

Trabalhador de Limpeza - Diurno Fins de Semana ou Feriados: 15,23 Euros

Trabalhador de Limpeza - Noturno Dias Úteis: 9,51 Euros

Trabalhador de Limpeza - Noturno Fins de Semana ou Feriados: 15,23 Euros

Lavador de Vidros - Diurno Dias Úteis: 7,85 Euros

Lavador de Vidros - Diurno Fins de Semana ou Feriados: 16,71 Euros

Encarregado - Diurno Dias Úteis: 7,93 Euros

Encarregado - Diurno Fins de Semana ou Feriados: 15,87 Euros

Encarregado - Noturno Dias Úteis: 9,91 Euros

Encarregado - Noturno Fins de Semana ou Feriados: 15,87 Euros

Piquete - Diurno Dias Úteis: 7,61 Euros

Piquete - Diurno Fins de Semana ou Feriados: 15,23 Euros

Piquete - Noturno Dias Úteis: 9,51 Euros

Piquete - Noturno Fins de Semana ou Feriados: 15,23 Euros

Serviços adicionais:

Piquete de Eventos: 11,90 Euros

3. O preço global para cada um dos lotes é:

Lote 1: Universidade de Lisboa - Serviços Centrais (ULisboa)

Serviços Centrais da Universidade de Lisboa (SCUL) - Edifício da Reitoria, Instituto para a Investigação Interdisciplinar, Caleidoscópio e Pavilhão de Portugal:

Serviços Regulares: 1.291.813,00 Euros

Serviços Adicionais: 83.895,00 Euros

Total: 1.375.708,00 Euros

Serviços Centrais da Universidade de Lisboa (SCUL) - Museu Nacional de História Natural e da Ciência:

Serviços Regulares: 304.685,00 Euros

Serviços Adicionais: 0,00 Euros

Total: 304.685,00 Euros

Serviços Centrais da Universidade de Lisboa (SCUL) - Jardim Botânico Tropical:

Serviços Regulares: 218.732,00 Euros

Serviços Adicionais: 0,00 Euros

Total: 218.732,00 Euros

Serviços Centrais da Universidade de Lisboa (SCUL) - Estádio Universitário de Lisboa:

Serviços Regulares: 1.679.236,00 Euros

Serviços Adicionais: 0,00 Euros

Total: 1.679.236,00 Euros

Lote 2: Serviços de Ação Social (SAS UL)

Serviços Regulares: 1.485.514,00 Euros

Serviços Adicionais: 11.900,00 Euros

Total: 1.497.414,00 Euros

Lote 3: Faculdade de Arquitetura (FA UL)

Serviços Regulares: 437.968,00 Euros

Serviços Adicionais: 11.186,00 Euros

Total: 449.154,00 Euros

Lote 4: Faculdade de Belas Artes (FBA UL)

Serviços Regulares: 377.123,00 Euros

Serviços Adicionais: 3.570,00 Euros

Total: 380.693,00 Euros

Lote 5: Faculdade de Ciências (FC UL)

Serviços Regulares: 1.828.330,00 Euros

Serviços Adicionais: 28.560,00 Euros

Total: 1.856.890,00 Euros

Lote 6: Faculdade de Direito (FD UL)

Serviços Regulares: 1.092.774,00 Euros

Serviços Adicionais: 6.902,00 Euros

Total: 1.099.676,00 Euros

Lote 7: Faculdade de Farmácia (FF UL)

Serviços Regulares: 713.190,00 Euros

Serviços Adicionais: 0,00 Euros

Total: 713.190,00 Euros

Lote 8: Faculdade de Letras (FL UL)

Serviços Regulares: 988.722,00 Euros

Serviços Adicionais: 1.321,00 Euros

Total: 990.043,00 Euros

Lote 9: Faculdade de Medicina (FM UL)

Serviços Regulares: 1.312.851,00 Euros

Serviços Adicionais: 2.571,00 Euros

Total: 1.315.422,00 Euros

Lote 10: Faculdade de Medicina Dentária (FMD UL)

Serviços Regulares: 228.944,00 Euros

Serviços Adicionais: 24.312,00 Euros

Total: 253.256,00 Euros

Lote 11: Faculdade de Motricidade Humana (FMH UL)

Serviços Regulares: 282.385,00 Euros

Serviços Adicionais: 3.213,00 Euros

Total: 285.598,00 Euros

Lote 12: Faculdade de Psicologia (FP UL)

Serviços Regulares: 336.650,00 Euros

Serviços Adicionais: 1.785,00 Euros

Total: 338.435,00 Euros

Lote 13: Instituto de Ciências Sociais (ICS UL)

Serviços Regulares: 68.673,00 Euros

Serviços Adicionais: 0,00 Euros

Total: 68.673,00 Euros

Lote 14: Instituto de Geografia e Ordenamento do Território (IGOT UL)

Serviços Regulares: 113.735,00 Euros

Serviços Adicionais: 0,00 Euros

Total: 113.735,00 Euros

Lote 15: Instituto Superior de Agronomia (ISA UL)

Serviços Regulares: 426.059,00 Euros

Serviços Adicionais: 595,00 Euros

Total: 426.654,00 Euros

Lote 16: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP UL)

Serviços Regulares: 420.781,00 Euros

Serviços Adicionais: 2.380,00 Euros

Total: 423.161,00 Euros

4. As propostas que apresentarem preços unitários superiores aos fixados para diferentes tipologias de serviços, quer para os serviços regulares quer para os serviços adicionais, ou com preço superior ao estabelecido para cada lote, ou com preço superior ao preço base global, serão excluídas.

5. Propõe-se como preço base unitário o preço/hora considerado no procedimento acrescido de um aumento, calculado por extrapolação de valores, tendo como referência o preço indexado aos aumentos do salário mínimo nacional nos últimos anos e anos futuros, e as atualizações constantes dos acordos coletivos de trabalho. Propõe-se como preço base para cada lote, o preço base unitário multiplicado pelas quantidades propostas pela entidade adjudicante para os três anos. Propõe-se como preço base global do procedimento o somatório do preço base de cada lote.

6. Os preços base de cada lote foram arredondados para cima à unidade.

7. Os preços propostos deverão incluir todos os custos, encargos e despesas inerentes à prestação dos serviços, cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída às entidades adjudicantes, como os produtos de limpeza, os equipamentos de limpeza, os meios de proteção individual dos funcionários e os consumíveis como sacos do lixo.

8. Em relação ao mencionado no número anterior, mais especificamente no caso dos sacos do lixo, o adjudicatário deverá disponibilizar sacos do lixo das diversas cores (preto, verde, azul e amarelo) de forma a respeitar-se a gestão de resíduos.

ARTIGO 9.º

Condições de Pagamento

1. Pela prestação dos serviços objeto do contrato, as entidade adjudicantes devem pagar ao adjudicatário o valor constante das faturas enviadas mensalmente, relativas aos serviços prestados, que incluirá todas as despesas inerentes à execução dos mesmos, sem exceções.

2. A faturação mensal diz respeito ao número de horas efetivamente trabalhadas e deverá discriminar todas as horas por tipologia de serviço.

3. A faturação correspondente a cada contrato, pode, a pedido das entidades adjudicantes, discriminar cada edifício e área e respetivos valores parciais, e ser emitida uma fatura individual por cada edifício e área.

4. Antes da emissão da fatura o adjudicatário deverá enviar para o gestor do contrato a contabilização das horas trabalhadas para serem validadas.

5. As quantias devidas pelas entidades adjudicantes, nos termos do número anterior, devem ser pagas no prazo de 30 dias após a receção pelas mesmas das respetivas faturas, remetidas mensalmente relativas aos serviços prestados no mês, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.

6. Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a conclusão da prestação dos serviços no período a que respeita.
7. A emissão das faturas pelo prestador de serviços deve observar o disposto no artigo 299.º-B do Código dos Contratos Públicos.
8. Em caso de discordância por parte das entidades adjudicantes quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar, por escrito, ao prestador de serviços, os respetivos fundamentos, ficando o prestador de serviços obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou a proceder à emissão de nova fatura corrigida.
9. O não pagamento dos valores contestados pelas entidades adjudicantes não vence juros de mora nem justifica a suspensão das obrigações contratuais do prestador de serviços, devendo, no entanto, as entidades adjudicantes proceder ao pagamento da importância não contestada.
10. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto nos números 1 a 7, as faturas são pagas através de transferência bancária para a instituição de crédito indicada pelo prestador de serviços.
11. No caso de suspensão da execução do contrato e independentemente da causa da suspensão, os pagamentos ao prestador de serviços serão automaticamente suspensos por igual período.
12. Na eventualidade de atraso nos pagamentos, dentro do prazo contratual e legalmente previsto, as entidades adjudicantes encontram-se sujeita às consequências que, nos termos da lei, advêm desses atrasos, nomeadamente as previstas nos números 3 e 4 do artigo 5.º, no n.º 2 do artigo 9.º e no n.º 3 do artigo 8.º, todos da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, constantes da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro.

SECÇÃO III

Acompanhamento e fiscalização do contrato

ARTIGO 10.º

Acompanhamento e fiscalização do modo de execução do contrato

1. A execução do contrato é permanentemente acompanhada pelo gestor do contrato designado pelas entidades adjudicantes.
2. No exercício das suas funções, o gestor pode acompanhar, examinar e verificar, presencialmente, a execução do contrato pelo prestador de serviços.
3. Caso o gestor do contrato detete desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do contrato, comunica-os, de imediato, ao órgão competente, propondo em relatório fundamentado as medidas que, em cada caso, se revelem adequadas à correção dos mesmos.
4. O desempenho das funções de acompanhamento e fiscalização do modo de execução do contrato não exime o prestador de serviços de responsabilidade por qualquer incumprimento ou cumprimento defeituoso das suas obrigações.

CAPÍTULO III

Modificação, Incumprimento e Extinção do Contrato

ARTIGO 11.º

Modificação objetiva do contrato

1. Além dos fundamentos de modificação objetiva previstos no artigo 312.º do Código dos Contratos Públicos, os contratos pode ainda ser modificado nas seguintes condições:

- i) por atualização dos preços contratuais por um valor equivalente à indexação do aumento salarial previsto na lei, após o envio de um pedido formal, por parte do adjudicatário, e também da verificação dos formalismos legais necessários e a aceitação por parte das entidades adjudicantes;
- ii) a inclusão de novos locais de prestação de serviços de limpeza, não previstos inicialmente;
- iii) nas situações de encerramento de algum serviço ou edifício, poderão rescindir o contrato relativo a esse serviço/edifício, com um pré-aviso de 30 dias, sem direito a qualquer tipo de indemnização a pagar ao adjudicatário.

2. Se durante a vigência contratual se verificar o encerramento de instalações das entidade adjudicantes, previstas no presente caderno de encargos, os serviços de limpeza relativos às instalações encerradas cessam mediante aviso prévio das entidades adjudicantes.

3. Se durante a vigência contratual se verificar um aumento dos serviços ou acréscimo dos edifícios da Universidade de Lisboa, os serviços de limpeza deverão ser executados nas mesmas condições e aos mesmos valores unitários contratualizadas.

4. Em caso de necessidade de levar a efeito obras profundas em algum edifício ou serviço, as entidades adjudicantes reservam-se no direito de suspender os serviços durante o período de execução das obras. O pré-aviso de comunicação é de 30 dias quer para a eventual suspensão, quer para a retoma do serviço. Nestas situações, podem os serviços suspender-se durante o período de execução das obras no que se refere aos serviços prestados no edifício onde decorrem as mesmas sem lugar a pagamento de quaisquer encargos financeiros.

ARTIGO 12.º

Subcontratação e cessão da posição contratual

1. Além da situação prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 318.º do Código dos Contratos Públicos, o prestador de serviços pode ceder a sua posição contratual, na fase de execução do contrato, mediante autorização das entidades adjudicantes.

2. Para efeitos da autorização a que se refere o número anterior, o prestador de serviços deve apresentar uma proposta fundamentada e instruída com os documentos previstos no n.º 2 do artigo 318.º do Código dos Contratos Públicos.

3. As entidades adjudicantes devem pronunciar-se sobre a proposta do prestador de serviços no prazo de 30 (trinta) dias a contar da respetiva apresentação, desde que regularmente instruída, considerando-se o referido pedido rejeitado se, no termo desse prazo, o mesmo não se pronunciar expressamente.

4. Em caso de incumprimento pelo prestador de serviços que reúna os pressupostos para a resolução do contrato, este cederá a sua posição contratual ao concorrente do procedimento pré-contratual que antecedeu a celebração do contrato venha a ser indicado pelas entidades adjudicantes, de acordo com o estabelecido no artigo 318.º-A do Código dos Contratos Públicos.

5. A cessão da posição contratual a que se refere o número anterior opera por mero efeito do ato das entidades adjudicantes, sendo eficaz a partir da data por estas indicada.

6. A subcontratação pelo prestador de serviços depende de autorização das entidades adjudicantes, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

ARTIGO 13.º

Sanções Contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, as entidades adjudicantes podem exigir ao adjudicatário o pagamento de penas pecuniárias, por cada incumprimento registado, e em função da respetiva gravidade, de valor a fixar nos seguintes termos:

- a) A não comparência de pessoal do adjudicatário em qualquer local de trabalhos ou fora dele para o qual estava prevista a sua presença, por razões não atendidas pelas entidades adjudicantes, será passível de aplicação de multa no valor de 0,5% do valor do contrato, por cada ato que esta situação ocorrer;
- b) O recurso a pessoal sem as devidas capacidades para executar o contrato, nos termos estabelecidos no caderno de encargos e seus anexos, será passível de aplicação de multa no valor de 0,5% do valor do contrato, por cada ato que esta situação ocorrer;
- c) A falta de envio dos registos individualizados de entradas e saídas das instalações e o não cumprimento das normas de higiene e segurança do trabalho em vigor dentro das instalações das entidades adjudicantes, serão passíveis de aplicação de multa no valor de 0,5% do valor do contrato, por cada ato em que esta situação ocorrer;
- d) Caso se detetem inconformidades na prestação dos serviços, nomeadamente divergências face ao estipulado nas rotinas de trabalho indicadas no Anexo A e B do Caderno de Encargos, as entidades adjudicantes reservam-se no direito de não pagar os respetivos serviços e exigir ao adjudicatário a repetição dos mesmos, a expensas próprias. Caso estas inconformidades se registem de forma reiterada (mais de 15% de falhas por rotina), as entidades adjudicantes reservam-se no direito de não pagar o valor correspondente à totalidade da rotina em análise constante nas especificações técnicas;
- e) O limite máximo para o valor total das sanções contratuais aplicadas será regulado pelo disposto no art.º 329 do CCP.

2. A ocorrência, isolada ou combinada, de qualquer uma das violações indicadas nas alíneas a) a d) de forma reiterada, poderá dar lugar à resolução do contrato por parte das entidades adjudicantes.

ARTIGO 14.º

Força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao prestador de serviços, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior.

2. Para efeitos do contrato, só são consideradas de força maior as circunstâncias que, cumulativamente e em relação à parte que as invoca:

- a) Impossibilitem o cumprimento das obrigações emergentes do contrato;
- b) Sejam alheias à sua vontade;
- c) Não fossem por ela conhecidas ou previsíveis à data da celebração do contrato; e
- d) Não lhe seja razoavelmente exigível contornar ou evitar os efeitos produzidos por aquelas circunstâncias.

3. Não constituem força maior, designadamente:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador de serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória, ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador de serviços de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador de serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços não devidas a sabotagem;

g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4. A parte que invocar caso de força maior deve comunicar e justificar tal situação à outra parte, logo após a sua ocorrência, bem como informar o prazo previsível para restabelecer o cumprimento das obrigações contratuais.

5. A suspensão, total ou parcial, do cumprimento pelo prestador de serviços das suas obrigações contratuais fundada em força maior, por prazo superior a 30 (trinta) dias, autoriza as entidades adjudicantes a resolverem o contrato ao abrigo do n.º 1 do artigo 335.º do código dos contratos públicos, não tendo o prestador de serviços direito a qualquer indemnização.

ARTIGO 15.º

Resolução do contrato por parte das entidades adjudicantes

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, as entidades adjudicantes podem resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos:

a) Atraso, total ou parcial, na prestação dos serviços objeto do contrato superior, nomeadamente, a falta 3 (três) dias consecutivos de um trabalhador de limpeza, ou lavador de vidros, ou encarregado ou piquete em qualquer um dos locais de prestação dos serviços, ou declaração escrita do prestador de serviços de que o atraso em determinada prestação excederá esse prazo.

2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao adjudicatário e não implica a repetição das prestações já realizadas pelo mesmo nos termos previstos no presente caderno de encargos, a menos que tal seja expressamente determinado pela Universidade de Lisboa.

ARTIGO 16.º

Resolução do contrato por parte do adjudicatário

1. O adjudicatário pode resolver o contrato com os fundamentos previstos no artigo 332.º do CCP.

2. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o adjudicatário pode resolver o contrato quando qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de 90 (noventa) dias posteriormente à data de vencimento especificada na fatura, ou o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros.

3. O direito de resolução é exercido por via judicial.

4. Nos casos previstos no n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada à Universidade de Lisboa, que produz efeitos 30 (trinta) dias após a receção da declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

5. A resolução do contrato não determina a repetição das prestações já realizadas pelo prestador de serviços, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do Código dos Contratos Públicos.

ARTIGO 17.º

Prestação da Caução

1. Para bom e pontual cumprimento das obrigações decorrentes do contrato, o prestador de serviços obriga-se à prestação de caução no valor de 5% do preço contratual, sem IVA, nos termos do n.º 1 do artigo 89.º CCP, para satisfação de quaisquer créditos resultantes de mora, incumprimento defeituoso, incumprimento definitivo pelo prestador de serviços das obrigações contratuais ou legais, incluindo o pagamento de penalidades, ou para quaisquer outros efeitos especificamente previstos no contrato ou na Lei.

2. Dado que o contrato prevê renovações, e de acordo com o n.º 4 do artigo 89º do CCP, o valor da caução tem por referência o preço o seu período de vigência inicial e cada renovação deve ser condicionada à prestação de nova caução, que terá por referência o preço de cada um dos respetivos períodos de vigência.

ARTIGO 18.º

Execução da caução

1. A caução prestada para bom e pontual cumprimento das obrigações decorrentes do contrato, nos termos previstos no programa de procedimento, pode ser executada pelas entidades adjudicantes sem necessidade de prévia decisão judicial ou arbitral, para satisfação de quaisquer créditos resultantes de mora, cumprimento defeituoso, incumprimento definitivo pelo prestador de serviços das obrigações contratuais ou legais, incluindo o pagamento de penalidades, ou para quaisquer outros efeitos resultantes do contrato ou da lei.
2. A resolução do contrato pelas entidades adjudicantes não impede a execução da caução nos termos da lei ou do contrato.
3. Salvo no caso previsto no número anterior, a execução parcial ou total da caução constitui o prestador de serviços na obrigação de proceder à sua reposição pelo valor existente antes da execução, no prazo de 15 (quinze) dias após a notificação das entidades adjudicantes para esse efeito.
4. A caução a que se referem os números anteriores é liberada no prazo de 30 (trinta) dias após o termo do prazo das obrigações de correção de defeitos pelo prestador de serviços, designadamente as obrigações de garantia.

CAPÍTULO IV

Disposições finais

ARTIGO 19.º

Deveres de informação

1. Cada uma das partes deve informar sem demora a outra de quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e possam afetar os respetivos interesses na execução do contrato, de acordo com a boa-fé.
2. Em especial, cada uma das partes deve avisar de imediato a outra de quaisquer circunstâncias, constituam ou não força maior, que previsivelmente impeçam o cumprimento ou o cumprimento tempestivo de qualquer uma das suas obrigações.
3. No prazo de 15 (quinze) dias após a ocorrência de tal impedimento, a parte deverá informar a outra do tempo ou da medida em que previsivelmente será afetada a execução do contrato.

ARTIGO 20.º

Comunicações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser redigidas, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.
3. Qualquer comunicação feita por carta registada é considerada recebida na data em que for assinado o aviso de receção ou, na falta dessa assinatura, na data indicada pelos serviços postais.

4. Qualquer comunicação feita por correio eletrónico é considerada recebida na data constante do respetivo recibo de receção e leitura remetido pelo recetor ao emissor.

ARTIGO 21.º

Reprodução de documentação

Nenhum documento ou dado a que o prestador de serviços tenha acesso, direta ou indiretamente, no âmbito da execução do contrato pode ser reproduzido sem autorização expressa das entidades adjudicantes, salvo nas situações previstas no presente caderno de encargos.

ARTIGO 22.º

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do tribunal administrativo e fiscal de Lisboa, com renúncia expressa a qualquer outro.

ARTIGO 23.º

Direito aplicável e natureza do contrato

O contrato rege-se pelo direito português e tem natureza administrativa.

ARTIGO 24.º

Contagem dos prazos

1. Os prazos previstos no presente caderno de encargos são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados, aplicando-se à contagem dos prazos as demais regras constantes do artigo 470.º do Código dos Contratos Públicos.

2. A contagem dos prazos na fase de execução dos contratos é realizada nos termos do artigo 471.º do Código dos Contratos Públicos, sem prejuízo dos prazos para o cumprimento das obrigações assumidas pelas partes no âmbito do contrato.

CAPÍTULO V

Cláusulas Técnicas

ARTIGO 25.º

Especificações Técnicas

O adjudicatário obriga-se a executar todos os serviços objeto do procedimento cumprindo com as especificações técnicas e quantidades conforme se encontram descritas no presente caderno de encargos e seus anexos, nomeadamente:

Anexo A - Descrição dos Serviços

Anexo B - Especificações Técnicas

Anexo C - Quantidades serviços a prestar por lotes

ARTIGO 26.º

Acesso às instalações

1. As entidades adjudicantes garantirão ao adjudicatário o acesso às suas instalações para a realização dos serviços a prestar, necessários ao cumprimento do contrato objeto do presente procedimento.
2. A permanência do adjudicatário nas instalações deverá respeitar os horários indicados no Anexo A do presente caderno de encargos salvo em situações necessárias ou outras devidamente justificadas.
3. As entidades adjudicantes acordarão com o adjudicatário as normas de identificação do seu pessoal e os procedimentos adequados para acesso e circulação nas instalações.
4. O adjudicatário obriga-se a cumprir e a fazer cumprir as normas de identificação do seu pessoal e os procedimentos adequados para acesso e circulação nas instalações, de acordo com as determinações das entidades adjudicantes que lhe sejam previamente comunicadas por escrito.

ARTIGO 27.º

Serviços de adicionais de limpeza

1. As entidades adjudicantes prevêm solicitar em função das suas necessidades, serviços de limpeza adicionais não programados.
2. As horas estimadas para estes serviços de limpeza adicionais estão indicados no Anexo B do programa de concurso.
3. Os serviços adicionais a realizar são da mesma natureza das tipologias dos serviços regulares.
4. Estas horas apresentam-se como consumos estimados, não vinculando as entidades adjudicantes ao consumo das mesmas.

ARTIGO 28.º

Pessoal

1. As partes obrigam-se a guardar sigilo e confidencialidade sobre todos os assuntos constantes do objeto do contrato e a tratar como confidencial toda a informação e documentação a que tenham acesso no âmbito da sua execução, sendo esta obrigação extensível aos seus agentes, funcionários, colaboradores ou terceiros que as mesmas envolvam.
2. As entidades adjudicantes poderão, em qualquer altura, determinar a substituição do pessoal que entenda não dever autorizar a permanecer nas suas instalações.
3. O pessoal do adjudicatário afeto à limpeza deverá apresentar-se uniformizado e munido de um cartão com fotografia que o identifique.
4. O pessoal do adjudicatário, afeto à limpeza, deverá, e enquanto permanecer ao serviço das entidades adjudicantes, utilizar equipamentos de proteção individual adequados à natureza do risco e do trabalho e adaptados aos seus utilizadores.

5. O pessoal do adjudicatário obriga-se, no fim de cada período de trabalho, a dar conhecimento, por escrito, de todos os factos que considere anormais, ao pessoal de limpeza, sob pena de os mesmos lhe serem imputáveis.
6. No caso de se verificarem quaisquer faltas, referidas no número anterior, o adjudicatário fica obrigado a proceder, por sua conta, à reparação dos estragos ou a indemnizar a respetiva entidades adjudicantes pelos prejuízos que se apurem, de acordo com o que vier a ser exigido pela Direção.
7. Se o adjudicatário não proceder às convenientes reparações, nos termos anteriores e dentro do prazo que lhe vier a ser fixado pelas entidades adjudicantes, as mesmas serão reparadas, correndo os respetivos pagamentos por conta da caução, caso esta tenha sido prestada, por desconto nos pagamentos mensais ou, ainda, pelos seus bens.
8. O adjudicatário obriga-se, diariamente, após o termo da prestação de serviços de limpeza e depois de ter verificado as condições de fecho dos interruptores da luz, das torneiras de segurança da água, das portas e janelas, a entregar a chave/cartão de acesso, em seu poder, à pessoa responsável indicada por cada entidade adjudicante.
9. O adjudicatário fica sujeito ao cumprimento das disposições legais e regulamentares em vigor sobre segurança, higiene e saúde do trabalho relativamente aos seus trabalhadores ou a trabalhadores de empresas subcontratadas por si, ocorrendo por sua conta os encargos que resultem do cumprimento de tais obrigações.
10. São da inteira responsabilidade do adjudicatário:
 - a) Os encargos com salários, os prémios de seguros e participações para a Segurança Social, resultantes da lei ou do contrato, relativos ao seu pessoal, bem como os danos causados a terceiros;
 - b) O seguro contra acidentes de trabalho;
 - c) Os encargos com a formação técnica do pessoal que venha a ser integrado neste serviço, bem como o respetivo fardamento;
 - d) O Seguro de Responsabilidade Civil.
11. O adjudicatário disponibiliza os materiais, os meios humanos e técnicos e os equipamentos necessários à aplicação das medidas adequadas de organização do trabalho, proteção coletiva, proteção individual e sinalização, de forma a garantir a segurança, não só dos seus trabalhadores, como de todos os elementos das entidades adjudicantes, visitantes e terceiros suscetíveis de serem abrangidos pelos riscos decorrentes da atividade do adjudicatário nas instalações das entidades adjudicantes.
12. O adjudicatário deverá, sempre que solicitado pelas entidades adjudicantes, fornecer informação e evidências das ações relacionadas com a formação e informação dos seus trabalhadores em matéria de segurança, higiene e saúde do trabalho.
13. Todo o pessoal alocado a trabalhar nas entidades adjudicantes deve saber ler português a fim de poder ler informação de segurança em laboratórios ou em locais de natureza similar.
14. Deverá ser nomeado 1 (um) supervisor de limpeza pelo adjudicatário, e não poderá ser substituído sem as entidades adjudicantes serem informadas previamente, sob pena de ser rescindido o contrato sem direito a qualquer indemnização.
15. Os encarregados deverão ser alocados aos serviços a prestar nas diferentes instalações da Universidade de Lisboa conforme solicitados nas especificações técnicas de cada uma das entidades adjudicantes - Anexo A ao caderno de encargo. Os encarregados receberão diariamente instruções do responsável pelos serviços de limpeza de cada entidade adjudicante.
16. A empresa não pode deslocalizar pessoal adstrito de cada uma das entidades adjudicantes para as outras a fim de colmatar necessidades esporádicas ou faltas dessas mesmas Unidades sem a autorização das entidades adjudicantes cedente.
17. Tendo em conta o respeito pela reciclagem, deve ser dada informação adequada a todos os colaboradores do adjudicatário no sentido de que a recolha e o despejo seletivo do lixo devem ser efetuados nos contentores adequados para o efeito.
18. Tendo em conta a necessidade de transporte de recipientes, contendo resíduos de várias categorias, desde o seu local de produção até ao ponto de recolha por parte de empresa certificada para o seu tratamento, deve ser dada formação adequada a todos os colaboradores do adjudicatário no sentido do seu correto manuseamento e atuação de proteção.
19. Como norma, todos os resíduos deitados nos contentores, deve ser fechado em saco de plástico, fornecido pelo adjudicatário.

ARTIGO 29.º

Fiscalização

1. As entidades adjudicantes reservam-se o direito de proceder à fiscalização da assiduidade e da execução do serviço e a determinar, unilateralmente, a alteração às condições de execução, podendo, sempre que assim o entender, e sem prejuízo de rescindir o contrato, fazer cumprir, ao pessoal do adjudicatário, a realização de tarefas que, enquadrando-se nos objetivos do contrato, não sejam satisfatoriamente asseguradas, sempre na ótica e pretensão de se atingirem os requisitos mínimos de higiene e salubridade pública.
2. Todos os recursos humanos afetos ao contrato ficam sujeitos ao registo individualizado de entradas e saídas das instalações.
3. O adjudicatário deverá instalar o seu controlo de assiduidade nas instalações da entidade adjudicante. A entidade adjudicante reserva-se no direito de instituir o seu próprio sistema de validação de assiduidade.
4. No final de cada mês, o órgão competente pela fiscalização em cada entidade adjudicante, fará o relatório mensal de assiduidade para efeitos de faturação.
5. As entidades adjudicantes garantirão ao adjudicatário o acesso às suas instalações para a realização dos serviços a prestar, necessários ao cumprimento do contrato objeto do presente procedimento.
6. A permanência do adjudicatário nas instalações deverá respeitar os horários indicados no Anexo A - Descrição das necessidades, salvo em situações necessárias ou outras devidamente justificadas.
7. As entidades adjudicantes acordarão com o adjudicatário as normas de identificação do seu pessoal e os procedimentos adequados para acesso e circulação nas instalações.
8. O adjudicatário obriga-se a cumprir e a fazer cumprir as normas de identificação do seu pessoal e os procedimentos adequados para acesso e circulação nas instalações, de acordo com as determinações das entidades adjudicantes que lhe sejam previamente comunicadas por escrito.

ARTIGO 30.º

Seguros

1. É da responsabilidade do adjudicatário a cobertura, através de contratos de seguro, dos seguintes riscos:
 - a) Contra acidentes de trabalho;
 - b) Responsabilidade civil contra danos provocados às entidades adjudicantes ou a terceiros, tendo como beneficiário as entidades adjudicantes.
2. As entidades adjudicantes podem sempre que entender exigir prova documental da celebração dos contratos de seguros referidos no número anterior, devendo o adjudicatário comprovar no prazo de dez dias.